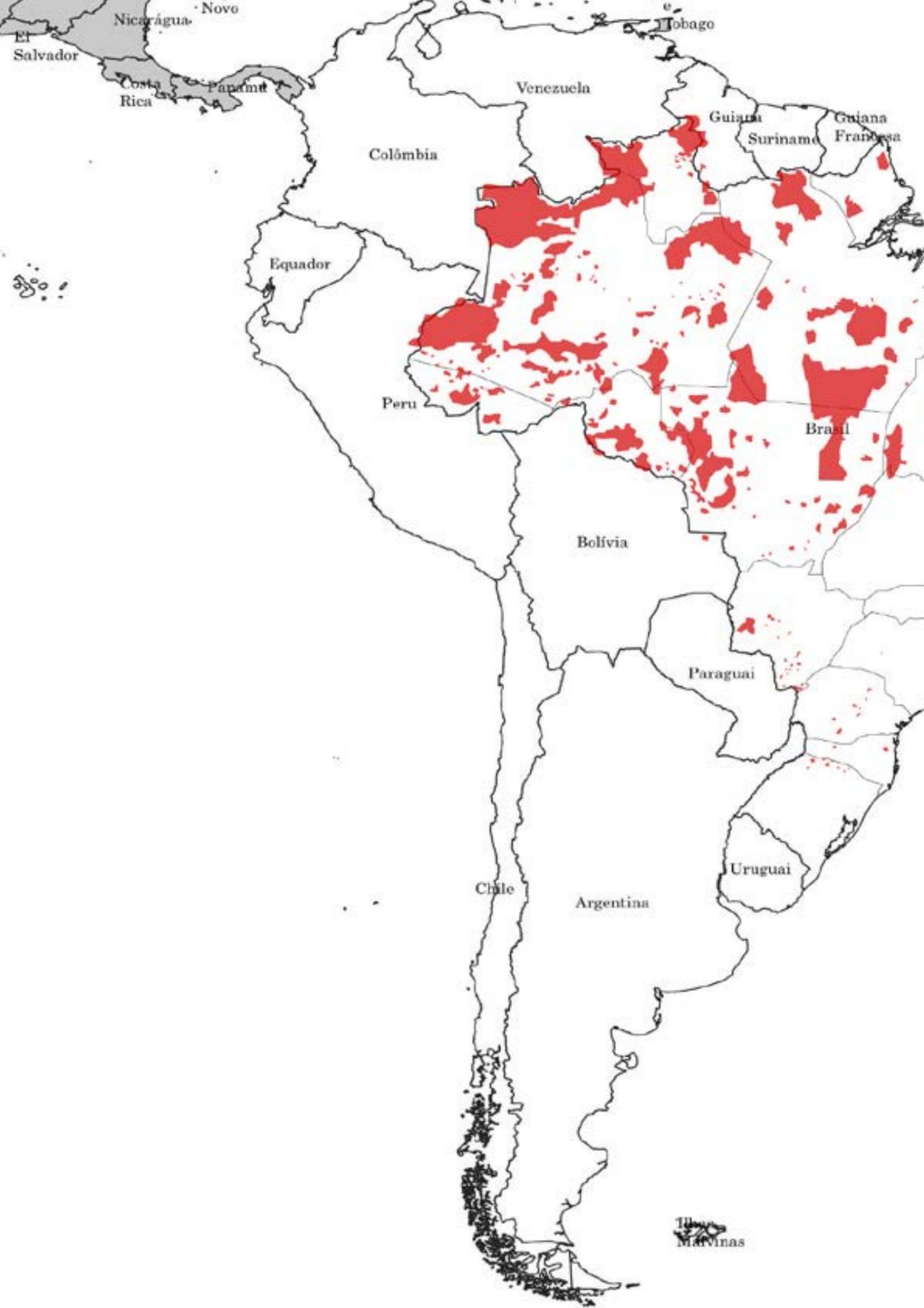


RECONCILIAÇÃO
ENTRE
A
NATURALEZA
E
O MORAR
UM RECORTE SINGULAR DE
UMA HISTÓRIA PLURAL

INTRODUÇÃO:



A presente pesquisa é fruto de trabalho de estudantes de arquitetura não-indígenas para o Estúdio Vertical da Escola da Cidade, se propõe discutir a complexidade da noção de território para os indígenas da etnia Guarani Mbya, em específico aqueles que habitam a região do Jaraguá (em São Paulo) a partir dos conceitos de tekoa e nhanderecô. Nosso estudo, dividido em três tópicos - a aldeia, o território e o conflito - tem por motivação a importância de corroborar com a resistência desse povo aos avanços da cidade e a importância da legitimação de sua terra.

O povo guarani, que já habitou um território que se estendia do Equador à Argentina; atualmente se limita ao Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. O subgrupo Mbya está presente em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina e no Uruguai. No Brasil, a população é estimada em 14 mil pessoas (CTI/G. Grünberg, 2008), estando as aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo junto à Mata Atlântica. Ao contrário do que se imagina, São Paulo, maior metrópole da América Latina, é a quarta cidade com mais indígenas no país - 4.138 pessoas (CPISP), que ocupam não só terras demarcadas, como também vivem no ambiente urbano. As Terras Indígenas demarcadas, localizadas no Pico do Jaraguá - ao norte - e em Parelheiros - no extremo sul - revelam o estrangulamento que a cidade ocidental impôs sobre os indígenas que ocupavam o território antes da colonização portuguesa. A territorialidade guarani se articula em uma rede complexa de interações que se estabelecem em torno de dois conceitos tupi-guarani: a Tekoa, e sua condição determinante, o Nhanderecô.

A territorialidade guarani se articula em uma rede complexa de interações que se estabelecem em torno de dois conceitos tupi-guarani: a Tekoa, que de forma traduzida significaria a aldeia em si, se remete a uma concepção mais ampla; é a unidade política, religiosa e territorial, se define em virtude das características materiais e imateriais. A terra Guarani é, dessa forma, um espaço religioso e sagrado de ocupação coletiva e de produção cultural. A Tekoa seria então definida de forma mais assertiva como “o lugar do modo de ser guarani”, ou ainda “o lugar onde somos o que somos”.

A condição determinante para a existência da Tekoa é a possibilidade de estabelecimento do Nhanderecó, que se define como o bem viver guarani, é a concretização socioespacial de seu modo de vida próprio e culturalmente particular. O bem-estar guarani no ambiente da aldeia se articula, ainda, com a manutenção e a vitalidade da floresta – a Mata Atlântica, em São Paulo - vez que está, além de possibilitar a pesca, a caça, o cultivo e o artesanato, ainda se relaciona com o conjunto de crenças e rituais, é a morada de Nhanderu, o criador da vida.

A lógica capitalista que impõe a comercialização da terra, a expropriação de populações e o confinamento dos indígenas em limites arbitrários e insuficientes se mostra, sobretudo, como um risco à sobrevivência digna dessa civilização. A Aldeia do Jaraguá conta com apenas 1,7 hectare de área demarcada e homologada, configurando-se como a menor terra indígena do país com alta densidade demográfica. A construção de rodovias e o avanço do mercado imobiliário faz com que essa população conviva com dificuldades para retirar a subsistência da mata, que sofre com a poluição de rios, a diminuição da diversidade de flora e fauna, além de conflitos pela posse da terra

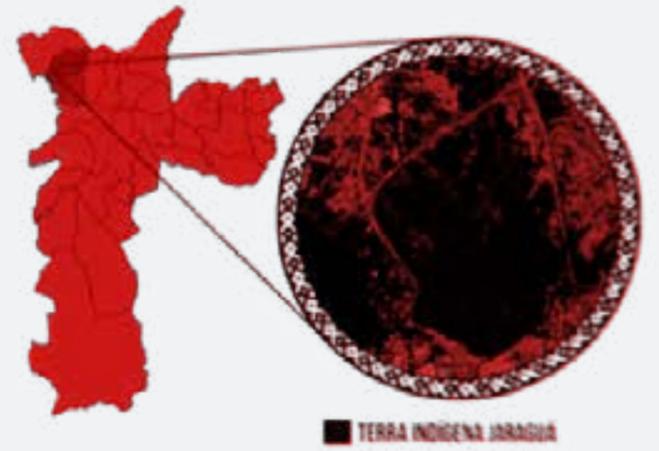




GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
TERRA PROTEGIDA

ACESSO INTERDITADO A ESTRANHAS
ARTIGO Nº 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ARTIGO Nº 18, § 1º LEI Nº 11.224/55
ARTIGO Nº 161 DO CÓDIGO DE PROCESSO





TERRITÓRIO

Tekoa Ytu foi a primeira aldeia constituída no Jaraguá, criada em 1966, com a vinda do casal Jandira Kerexu Augusta Vinicius Guarani e Joaquim Kuaray Augusto Martins Guarani e seus oito filhos, essa época coincide com a criação do parque estadual do Jaraguá. O espaço conseguiu se consolidar como aldeia e atrair cada vez mais guaranis que reconheciam o local como espaço de resistência. Passaram-se muitos anos após a constituição do Tekoa Ytu para que outras famílias guaranis se juntassem a eles e formassem outras cinco Tekoas. Sendo a ordem cronológica: Tekoa Ytu (1966), Tekoa Itawera (2012), Tekoa Itakupe (2013), Tekoa Itaendy (2016), Tekoa Yvy Porã (2018). Cada uma tem sua própria autonomia e realizam seus rituais espirituais separadamente, além disso contam com lideranças e dinâmicas políticas internas distintas.

Regularizada em 1988 como terra indígena com aproximadamente dois hectares, Tekoa Ytu foi ao mesmo tempo ganhando direitos e adensando sua população. O entorno ainda era mata contínua e a terra era usada para suas práticas agrícolas, onde haviam pequenas roças que cultivavam milho, batata doce, mandioca e plantas para a fabricação dos artesanatos como o cipó. Hoje, o ribeirão das Larvas que corre junto ao Tekoa Ytu é poluído por esgoto “era abundante em peixes e a mata livre farta para a caça” informa Karaí Poty. Esses espaços hoje são fechados por muros e seus terrenos são cobiçados por empreendedores imobiliários.

Os Guarani possuem uma prática denominada Oguatá que para eles refere-se a poética da itinerância aos grupos, intrínseca a sua cultura e da busca pela terra sem mal. Onde possam desenvolver o Nhandereko, que pode ser traduzido como o modo de viver Guarani. Nhandereko é o seu modo de vida próprio, condição determinante para a concretização da Tekoá. Tekoas são espaços sociopolíticos, o que implica na produção de relações econômicas, sociais e organização política religiosa essenciais para a vida guarani. A Tekoa seria então definida como “o lugar do modo de ser guarani”, ou ainda “o lugar onde somos o que somos”.

“A terra é um espaço religioso, sagrado, de ocupação coletiva, da produção cultural”. (BRIGHENTI, 2010, p. 262)

O bem-estar guarani no ambiente da aldeia se articula, ainda, com a manutenção e a vitalidade da floresta – a mata atlântica - vez que está, além de possibilitar a pesca, a caça, o cultivo e o artesanato, ainda se relaciona com o conjunto de crenças e rituais, é a morada do Nhanderu, o criador da vida. A cultura indígena está intimamente ligada à natureza e, por isso, é necessário respeitar o tempo dos ciclos naturais, toda a caça, colheita ou qualquer ação feita no espaço tem um tempo. Na cabeça do guarani nunca existiu esse tipo de “atacar” bicho com veneno.

“Os Guarani não arrancam a pedra para fazer caminho; nós desviamos dela, porque a terra tem um equilíbrio. Enxergamos que cada ser da natureza complementa um ao outro para que todos existam.”

O Jaraguá é um território ligado à sobrevivência de um grupo, que estabelece uma interação frágil entre a cidade e a natureza, e esse embate diário coloca em risco a sobrevivência do morar guaraní. “Um contato agressivo e não planejado com a selva de pedra causa um estrago no nosso ‘emocional’, no nosso ‘psicológico’, no nosso ‘físico’ e também no nosso ‘espiritual’” Thiago Henrique Karaí Jekupe.

Por serem aldeias com proximidade e semelhança com a parte urbanizada de São Paulo, o questionamento ao estudar esse espaço é se podem ser consideradas “aldeias urbanas”. Em contato com a chegada dos brancos, a cultura Guarani continua em plena metamorfose, sofre reestruturações a sua morfologia, seus costumes sociais e também se adapta a dinâmica capitalista, pela qual é ameaçada.

Como qualquer cultura, há transformação dos indígenas com o tempo, eles absorvem características novas conforme entram em contato com outros povos. Na região metropolitana é comum que indígenas tenham carro, celular, acesso à internet, e estão no metrô, nas universidades, em diferentes lugares, e nem por isso são menos indígenas, pois não são essas atitudes que definem o que é ser. O conflito (intrínseco às relações) não é somente negativo, ele também produz sociabilidade.

Na entrevista feita na tese “x” com a moradora da Aldeia Ytu, Sônia, foi questionada sobre considerar o lugar que mora uma aldeia urbana, e a resposta foi “O urbanismo não chegou primeiro, a aldeia sempre existiu aqui” e ainda argumenta que a população indígena sempre viveu ali. Ela considera São Paulo uma terra indígena, não importa a construção de prédio e asfalto, a terra continua sendo dos povos da floresta, não tem como mudar este fato.



**NENHUM DIREITO
A MENOS**

PROIBIDOS

Ornusta

A ALDEIA

A A Origem e Fundação, e a tradição da Busca da terra sem mal são os mais importantes mitos. A busca deu origem a migrações passadas e recentes que estabeleceram a atual rede de aldeias. Existem, no mínimo, duas tradições em plena permanência, sendo elas: a busca de um lugar próprio onde sua alma tem as melhores possibilidades de realização; e as técnicas de pajelança, através de procedimentos como jejuns, cantos, rezas e danças. As duas tradições estão interligadas entre si, uma vez que a procura do lugar próprio pressupõe o exercício de técnicas de pajelança, enquanto está só poderá se realizar inteiramente quando o praticante estiver no seu lugar próprio (tekoa).

A busca do lugar ideal se apoia em dois pilares: o primeiro é o repovoamento da segunda terra - a primeira teria sido destruída por um dilúvio-, segundo a crença Nhamandu Ete (divindade guarani) teria enviado nome/almas à terra em suas extremidades, sua fundação, ou seja no litoral. O retorno da alma guarani deve portanto seguir direção leste (Oceano atlântico), no sentido anti-horário. O segundo se apoia na casa de rezas, onde a comunicação entre o sujeito e a alma divina recebida através de uma das cinco divindades acontece, a alma funciona como um canal em que se reteria informações como, por exemplo, o local definitivo da sua morada. As mulheres participam ativamente das funções de liderança junto ao seu grupo familiar, sendo uma das principais funções o sonhar com o lugar definitivo de moradia da sua família, já que o homem somente dirige e não sonha.

O mito da Nossa Avó primeira relata que onde ela morava havia fontes de água ao pé de uma palmeira onde animais se abrigavam. Nos locais por onde ela andou ficavam gravadas marcas da sua presença. O mito ensina ainda que os guaranis devem procurar tais marcas para recuperar os locais de presença da divindade, o que só seria possível para aqueles que preservam suas tradições.

O que fica claro é que a complexidade cultural que envolve a busca da Terra sem mal veicula de modo essencial o conceito guarani de desenho e arquitetura (a tekoa).

“ a busca da Terra sem Mal é - pelo menos no estado em que estão nossos conhecimentos - o motivo



Ruas da Pyau
Foto: Giulio Michelino



Casa de reza
Foto: Giulio Michelino



Casa de reza

fundamental e a razão suficiente da migração guarani. E nesta se insere a especificidade da economia das tribos". Meliá (1990:33)

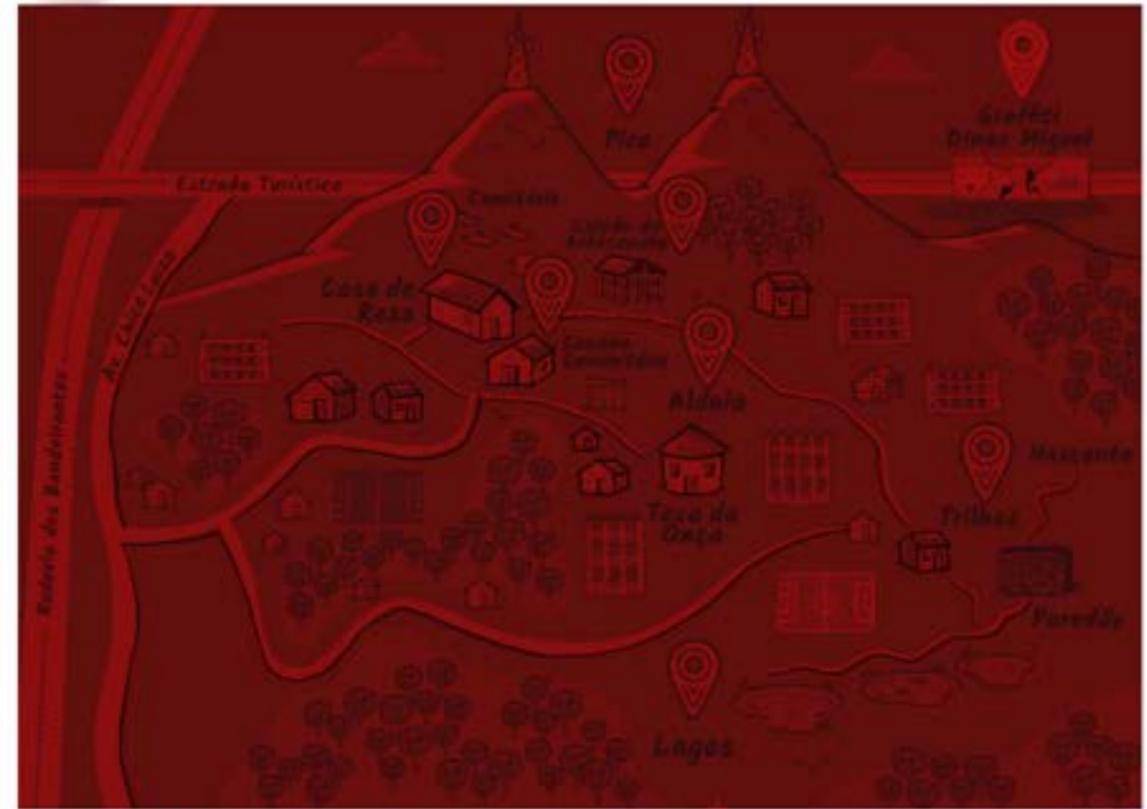
Antes de chegarmos efetivamente nas técnicas construtivas guarani é importante entender a simbologia de dois dos seus materiais mais usados: a palmeira, segundo um dos mitos, a sua centralidade com espécie indicaria o local adequado à realização social e espiritual, podendo corresponder de algum modo à casa de rezas enquanto local de ritos guarani. O segundo seria o cedro, considerada uma árvore sagrada, pois gotejam seiva, gotas de orvalho, em épocas determinadas; a seiva associada ao orvalho passa a ter caráter curador e regenerador. O mito de origem das árvores, associa a criação das demais espécies ao plantio de galhos de um cedro inicial.

Os núcleos familiares de habitações são próximos e estruturam a organização social da aldeia. A junção da coletividade se concentra na casa de rezas - fica em evidência em relação às outras demais construções formando o centro não geométrico do território. O sistema construtivo baseia-se num equilíbrio estático do esteios, cujas forquilhas apoiam os frechais e os espigões que suportam o peso de toda cobertura.

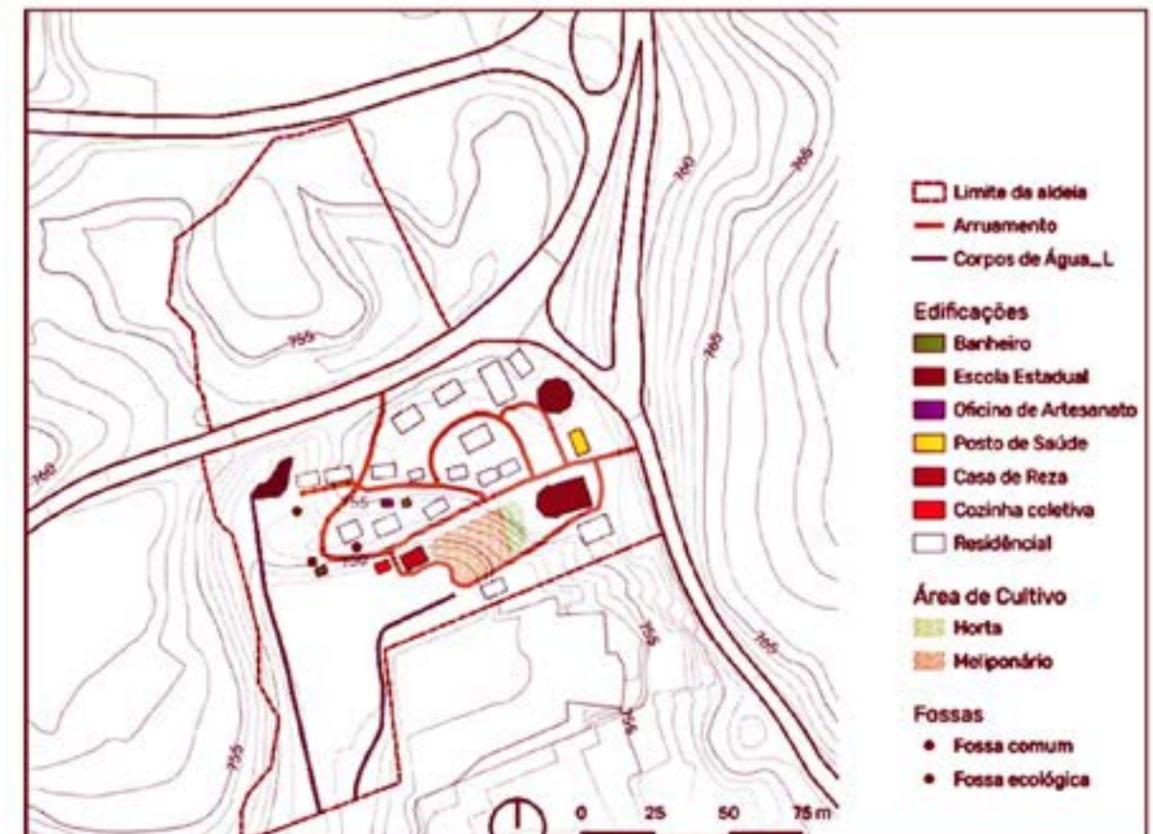
As peças e o conjunto da cobertura são amarrados por ilanas e cipós. O funcionamento da tesoura guarani ou cabocla - formada por um único esteio central, sem os braços inclinados-, possibilitam um espaço interno livre. Os esteios são travados por um travessão em pórtico, descarregam em uma forquilha cujo pontalete se apóia nos travessões dos pórticos ou diretamente no solo do chão batido.

A arquitetura guarani exhibe soluções estruturais onde os simples encaixes em forquilha ou no máximo algum rebaixo simples cuja a função é facilitar a justaposição e a amarração, são os destaques, sendo raros os casos de entalhes ou encaixes complexos. Os acabamentos prezam pela funcionalidade, como o uso de esteiras de folhas ou traçados de cipó ou taquara, além da vedação em pau-a-pique

Entretanto, essa estrutura construtiva não é a que encontramos em totalidade nas aldeias do Jaraguá, aldeias essas que estão no limite entre a mata e a cidade. Elas não se enquadram em uma conformação espacial comum, seja internamente ou no contexto do entorno. As influências urbanas que cercam o Jaraguá, devido à localização - à beira da Rodovia dos Bandeirantes- , exprimem aspectos fundamentais para se compreender a constituição, as características e as discussões presentes nas aldeias, principalmente nas Tekoas Ytu, Pyau, Iya Vera.



Mapeamento tekoa itakupe
fonte: aldeia360.art



Mapeamento Ytu
Por : Giulio Michelino

Estas Tekoas, por estarem inseridas na região urbanizada da metrópole, acabam diferenciando-se das aldeias indígenas que mantêm certo afastamento das cidades em geral. As aldeias ainda preservam aspectos de urbanidade em sua morfologia, chamando atenção para duas características dessa territorialidade: a imediação de diversas construções e a distância que se tem de uma mata mais abundante; essa distância se torna problemática uma vez que a cultura Guarani está profundamente ligada à natureza, como foi dito anteriormente .

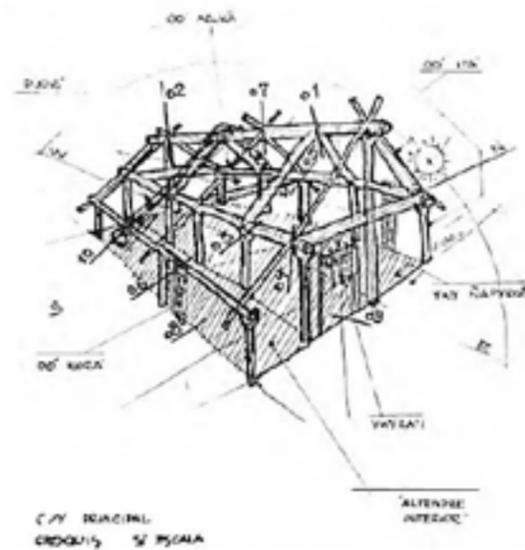
“(...)o conhecimento da natureza é expresso na educação e na espiritualidade indígena e estes são fatores importantes na constituição da sociedade indígena como um todo. Desta forma a distância que se tem com a mata na Pyau, Itu e Ita Vera se torna, entre outras coisas, um dilema cultural.” (MICHELINO, Giulio,p.60

A área de mata preservada, utilizada como área de manejo pela comunidade não é o suficiente, oferecendo pouco. O espaço para caça, pesca, plantação, colheita, extração ou qualquer outra prática associada às tradições Guarani são muito escassas; as dificuldades enfrentadas devido a falta de uma área ambientalmente preservada complica, mas não impossibilita as práticas culturais dos Guarani Mbya no local. Questões como a falta de saneamento, estruturas precárias das construções são aspectos notados nas aldeias. Desde a chegada das rodovias, muitos Guaranis são vítimas de atropelamento ou tem que lidar com a poluição. “Já temos um problema grande aqui, que são muitas crianças com problemas respiratórios, e ainda retirando a vegetação a qualidade do ar fica pior”, diz David Karai Popygua, morador de Tekoa Ytu. “Com essa situação adversa do som dos carros, dos aviões, com o fluxo de pessoas, é um desafio para nós”.

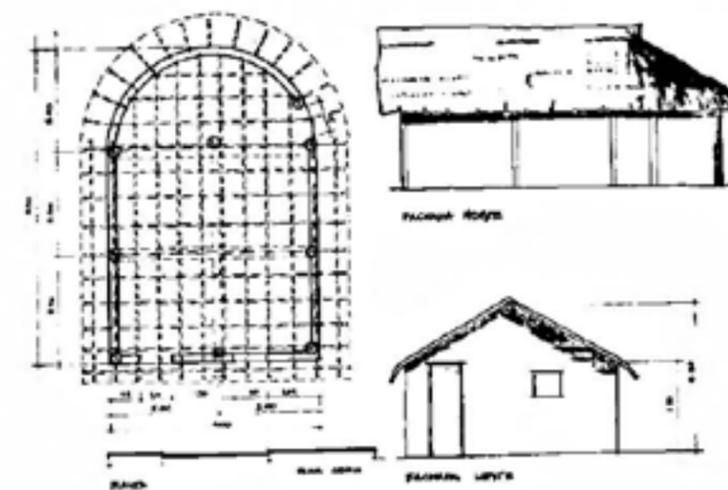
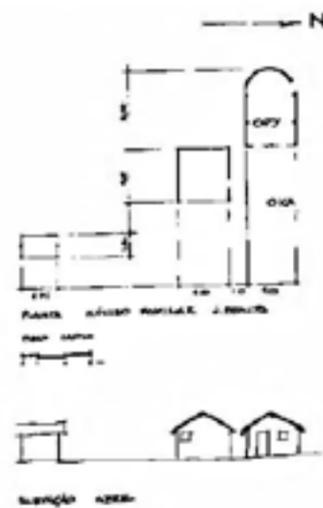
Outra adversidade encontrada nas aldeias do Jaraguá é em relação a construção de moradias, a falta de acesso aos materiais tradicionais obriga alguns indígenas a habitarem casas pouco salubres. Ainda, a intervenção de ONGs que prestam auxílio à construção de moradia com o objetivo de ajudar essa população, não levaram em conta todo o conjunto de tradições e a mística que envolve a materialidade guarani, o que resulta em desconfiguração e prejuízos às dinâmicas tradicionais das aldeias.

Apesar de tudo, o povo guarani no Jaraguá, mesmo depois de tanto tempo de contato com o povo juruá, consegue manter sua língua, sua cultura, sua cosmovisão, sua sabedoria e, principalmente, sabem que não é sendo igual ao juruá- “boca cabeluda” - em referência às barbas dos colonizadores europeus - que vão conseguir aprender a viver nessa nova realidade. O morar guarani representa uma tentativa de conciliação entre o homem e a floresta.

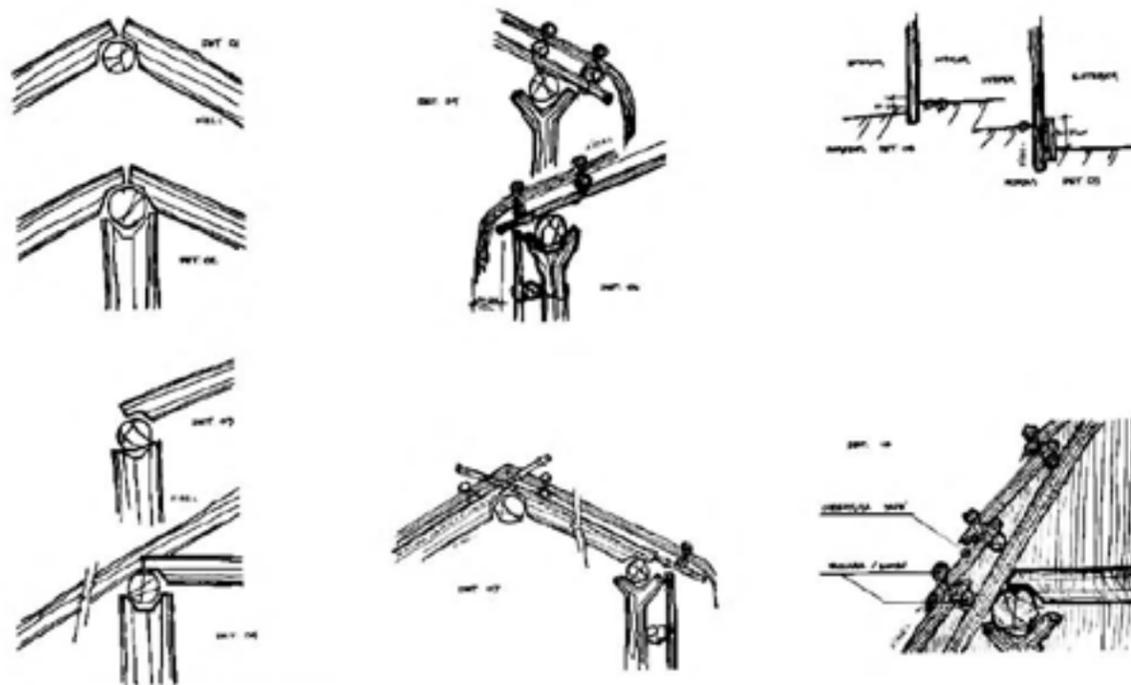




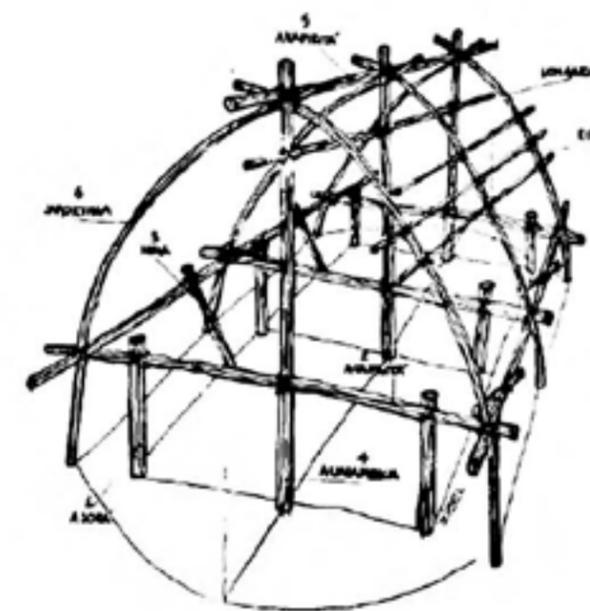
Estrutura construtiva da casa guarani tradicional; solução com planta regular
 Desenho de Carlos Zibel Costa



Casa guarani tradicional de planta ortocircular
 Desenho de Rui Alão



Detalhes construtivos tradicionais
 Desenho



Estrutura construtiva da casa tradicional
 Desenho de Carlos Zibel Costa

DISPUTA

A concepção de território para os Guarani Mbya, tradicionalmente, compreendia não só as aldeias existentes, mas também as que deixaram de existir, que continham características ambientais favoráveis para novos assentamentos ou de parada estratégica durante o caminho para o litoral. A região do Jaraguá está historicamente relacionada com o Caminho do Peabiru - trajetória essencialmente mística e cultural feita pelos povos indígenas latino-americanos do interior do continente ao litoral

Nas primeiras décadas do século XX, o Estado Brasileiro passou a impor territórios fixos e limitados aos indígenas, o que resultou em alterações significativas em suas expressões culturais e religiosas. Forçados a uma relativa sedentarização, o casal Jandira Kerexu Guarani e Joaquim Kuaray Guarani decidiram permanecer e fundar, em 1966, a ocupação na Tekoa Ytu, primeira aldeia a ser constituída na região do Jaraguá.

Distante da cidade, durante as primeiras décadas de ocupação, era possível plantar, caçar e usufruir das águas do ribeirão. A partir da década de 1980, o avanço da civilização ocidental sob as bordas da cidade passou a disputar espaço com o bem-viver Guarani, forçando a cultura a se adaptar e ameaçando a sobrevivência digna desse povo.

A construção da Rua Comendador José de Matos resultou na divisão das Tekoa Ytu e Tekoa Pyau, antes territórios contínuos; a explosão de projetos imobiliários e turísticos, além da abertura da rodovia Mário Covas tornaram a questão da demarcação urgente no início dos anos 1980. Em 1983, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) encaminhou ao governador da época, Franco Montoro (PMDB), um dossiê sobre as aldeias Guarani no Estado de São Paulo e um planejamento para sua regularização, em 20 de dezembro de 1984 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) assinou convênio com o governo do Estado e em 1987 foi feita a demarcação da Terra Indígena do Jaraguá.





Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas são aquelas sob as quais os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo. As fases do procedimento demarcatório são diversas e intermediadas por diferentes agentes. Ocorrem nas seguintes instâncias:

- Em estudo: são as que estão sob realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais pela FUNAI, este estudo fundamenta a identificação e a delimitação da terra indígena.
- Delimitadas: a partir de estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.
- Declaradas: são as terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.
- Homologadas: são aquelas que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.
- Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, têm o reconhecimento em cartório como bem da União.
- Interditadas: Áreas Interditadas pela FUNAI, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

A TI do Jaraguá se encontra na categoria regularizada, porém, devido ao processo de estudo antropológico pouco aprofundado, foi desconsiderado áreas necessárias à agricultura, caça, pesca, coleta, moradia e à reprodução física e cultural dos Guarani Mbya. A área de 1,7 hectare demarcada atualmente resulta em problemáticas sanitárias, na insegurança alimentar e agrava as disputas fundiárias.

A partir da virada de século, com pressões da família Pereira Leite pela suposta integração de posse, a luta guarani se intensificou pela expansão da demarcação para 532 hectares, proporção adequada ao exercício do nhanderecó. Em 2007 a FUNAI anunciou a retomada dos estudos sobre a demarcação, porém os processos de reintegração de posse na aldeia Tekoa Pyau não cessaram,

Em maio de 2015, a Portaria nº 581 do Ministério da Justiça atendeu a exigência dos Guarani pelo reconhecimento da área de 532 hectares, porém esta foi revogada pouco tempo depois, fruto dos interesses do Governo do Estado - na época sob comando de Geraldo Alckmin - em autoriza a concessão de parques estaduais à iniciativa privada.

No início de 2020, a prefeitura de São Paulo autorizou a construção de empreendimento imobiliário no Parque Estadual do Jaraguá. Com previsão de 11 torres e 800 unidades de apartamentos, a nota da prefeitura classifica o perímetro objeto da aprovação como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) — com vegetação já demarcada como bosque — não estando sob área indígena, assim não seria necessário consulta a órgão de defesa de direitos indígenas. Porém as lideranças locais alegam falta de audiência pública para autorização do projeto em território que pertence a reserva, falta de estudos sobre o impacto ambiental da obra, além de denunciarem crime socioambiental praticado pela empresa TENDA Imobiliária S.A, que cortou mais de 400 árvores de espécies arbóreas da Mata Atlântica sem prever replantio.

Atualmente, no início de 2021, a PL 490, conhecida como Marco Temporal, foi protocolada pelo STF, ela se propõe a revisar a legislação federal acerca da demarcação de terras indígenas, o projeto coloca um marco legal temporal para as demarcações; assim, os povos originários precisariam comprovar que ocupavam a região reivindicada antes da data de promulgação da Constituição Federal. O Marco Temporal descarta qualquer possibilidade de alguns povos questionarem judicialmente e administrativamente os territórios a eles destinados, como é o caso dos Mbya no Jaraguá

Assim, os conflitos e a luta dos indígenas pela demarcação minimamente adequada e pelo cumprimento do Direito à Autodeterminação dos povos persiste em todo o território nacional, principalmente sob a onde de deslegitimação e ameaça aos direitos humanos atuante em todas as esferas de poder no Estado brasileiro. Cabe à sociedade como um todo se aliar aos povos da floresta pela defesa do território que histórica e legalmente lhes é de direito.



NÃO SI
DÃO NÃO!

O POVO GUARDA
A VERDADE E RESISTE







CONCLUSÃO

A compreensão da territorialidade guarani é de fato um desafio aos juruas, o capitalismo ocidental opera a partir da desconexão com os ciclos da natureza, da substituição de técnicas tradicionais, da comercialização da terra, da expropriação de populações e do confinamento dos povos originários em limites arbitrários e insuficientes. Dessa forma, na sociedade não indígena, não há uma palavra específica capaz de relacionar nossa identidade com a terra a qual pertencemos – a tekoa, e as palavras que reivindicam nosso bem-estar como sociedade – o nhandereco - estão caindo em desuso.

O Estúdio Vertical propunha a discussão sobre o Morar; assim, é necessário problematizar os paradigmas sobre a nossa forma de habitar: habitar não é só sobre uma arquitetura, vai além de meras construções, e é capaz de nos fazer sentir pertencentes ao espaço. A arquitetura e o urbanismo devem ser olhados como perspectiva, como um ponto de vista e um ponto de partida, e não como um ponto de chegada; Por que consideramos único o nosso modo de morar e se relacionar? Sendo que para outros grupos, o morar ultrapassa o individual, e abrange o todo. Para o povo Guarani do Jaraguá, o coletivo e a mata estão intrinsecamente ligados ao modelo de vida.

Entendendo assim, que não há um morar único, e que as relações e os conflitos geram trocas e transformações, precisamos sair da perspectiva fetichista essencialista das construções indígenas. A aldeia e o morar Guarani são uma rede complexa de interações, materiais e imateriais; um conjunto de relações coletivas e, sobretudo, a defesa de se viver bem. É talvez, um lugar de conforto, para nós arquitetos e para a sociedade capitalista, reduzir a essência de ser Guarani a materialidade, isto não basta para entender as dinâmicas, muito mais que a forma, é a sociabilidade das construções. Nada é permanente, é necessário estar aberto às diferentes transformações e entender o conceito por trás de cada cultura. Olhar menos do sentido geométrico e material e mais de um modo que reúne, como um elemento lógico gerador de sentidos as várias socializações da aldeia.

Durante nossa pesquisa também entendemos que existem políticas públicas capazes de arbitrar a favor dessa população - o Direito à Autodeterminação dos Povos e as demarcações de terras indígenas-, mas é só a partir de pesquisa, e da difusão de pesquisas, que nós, juruás, seremos capazes de entender parte da cosmologia Guarani; se aliar e aprender com ela, para que o bem viver – o Nhanderecó – seja compartilhado por toda a nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

MICHELINO, Giulio. Tekoa, cidade e nhanderekó: Cultura Guarani nas aldeias do Jaraguá, em São Paulo. 2019. São Paulo.

COSTA, Carlos Zibel. O desenho cultural da arquitetura guarani. 1993. São Paulo.

Calazans Pierri, Daniel. O PERECÍVEL E O IMPERECÍVEL: LÓGICA DO SENSÍVEL E CORPORALIDADE NO PENSAMENTO GUARANI-MBYA. São Paulo, 2013

Zibel Costa, Carlos. O DESENHO CULTURAL DA ARQUITETURA GUARANI. São Paulo, 1993

Zanardo Zanin, Nauíra. INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS JUNTO A POVOS INDÍGENAS: processo de projeto, apropriação e uso de ambientes escolares. Florianópolis, 2018

Grupo Fresta. MANUAL DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA GUARANI: CASA TÉRREA. 2019